

<u>Acórdãos STA</u>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	0246/11
Data do Acórdão:	07-09-2011
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	DULCE NETO
Descritores:	PRESCRIÇÃO APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO ACTO INTERRUPÇÃO SUSPENSÃO
Sumário:	<p>I - Em face da previsão normativa contida no artigo 297.º do Código Civil, a aplicação de diferentes regimes no tocante aos prazos de prescrição de obrigações tributárias não determina a aplicação de um ou outro regime em bloco, pois o preceito só se refere à lei que altere o prazo, e não a tudo o mais que releva para o seu curso. Por conseguinte, não há que comparar os regimes de suspensão e interrupção do prazo de prescrição adoptados pela lei antiga e pela lei nova para determinar qual é o mais favorável e escolher a lei aplicável segundo o juízo assim atingido.</p> <p>II - Para determinar se o prazo de prescrição aplicável é o do CPT ou o da LGT apenas há que verificar se, no caso concreto, faltava em 1 de Janeiro de 1999 menos tempo para se completar o prazo de prescrição de 10 anos previsto na lei antiga do que o de 8 anos previsto na lei nova – única situação em que se deixará de aplicar o novo e encurtado prazo contido na LGT.</p> <p>III - Definido que o prazo de prescrição aplicável é de 8 anos previsto na LGT, contado a partir da entrada em vigor desta Lei, há que apurar se ele já decorreu perante a ocorrência de factos com efeito interruptivo ou suspensivo previstos na lei vigente à data da respectiva ocorrência, em conformidade com a regra contida no artigo 12.º do Código Civil.</p> <p>IV - No domínio da LGT a instauração da execução deixou de constituir facto interruptivo da prescrição (artigo 49.º), passando a relevar, como acto interruptivo, a citação dos executados - devedora originária e/ou subsidiária.</p>

V - Embora a instauração da impugnação judicial, em 28/05/2004, constitua um acto interruptivo da prescrição à luz do nº 1 do artigo 49.º da LGT, e de esse efeito interruptivo ter cessado com a paragem do processo por período superior a um ano por facto não imputável à impugnante, fazendo recomençar a contagem do prazo de prescrição nos termos previstos no nº 2 do artigo 49.º, há que ter em conta que a prestação de garantia ou a realização de penhora de bens suficientes para garantia do pagamento da dívida e acrescido, aliada à pendência da impugnação, suspende a execução fiscal até à decisão do pleito e que esta suspensão determina a suspensão do próprio prazo de prescrição (artigo 169.º n.º 1 do CPPT e artigo 49.º n.º 3 da LGT).

VI - Se do probatório da sentença não constam, e os autos também não revelam, quaisquer elementos quanto à data da citação dos executados e quanto à prestação de garantia ou à penhora de bens suficientes para garantia o pagamento da dívida e acrescido, fica impedido qualquer juízo sobre o decurso do prazo de prescrição, o que importa a anulação da decisão recorrida em conformidade com o disposto nos artigos 729.º n.º 3 e 730.º do CPC.

Nº Convencional:	JSTA000P13186
Nº do Documento:	SA2201109070246
Recorrente:	FAZENDA PÚBLICA
Recorrido 1:	A...
Votação:	UNANIMIDADE

Aditamento:

▼ Texto Integral

Texto Integral:

Acordam na Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:

1. A FAZENDA PÚBLICA recorre para o Supremo Tribunal Administrativo da decisão que o Tribunal Administrativo de Viseu proferiu na impugnação judicial que A... deduziu contra actos de liquidação de IVA e de juros compensatórios referentes aos anos de 1994 a 1997, no montante global de €

21.371,33, julgando extinta a instância, por inutilidade superveniente da lide, por ter considerado prescritas todas as dívidas que emergem dos actos de liquidação impugnados.

1.1. Rematou as alegações do recurso com o seguinte quadro conclusivo:

A- Vem a presente impugnação interposta contra (entre outras que não são objecto do presente recurso) as liquidações adicionais de IVA dos exercícios de 1996 e 1997 e respectivos juros compensatórios;

B- Tendo o Douto Tribunal a quo, conhecendo da prescrição, julgando extinta a instância por inutilidade superveniente da lide;

C- O que só ocorreu, relativamente às liquidações relativas aos anos de 1996 e 1997, por errónea interpretação e aplicação do art.º 297º do Código Civil, no sentido que o mesmo integra uma regra de aplicação global do regime mais favorável ao devedor;

D- Quando o mesmo visa, apenas, as leis que alteram prazos, não estando abrangidas na sua previsão as leis que alteram causas de suspensão ou de interrupção da prescrição;

E- Pois que será no momento da entrada em vigor da lei nova (1 de Janeiro de 1999) que se determinará se é de aplicar o prazo da lei nova ou da lei antiga, sem interferência de causas de suspensão ou interrupção da suspensão que possam vir a ocorrer na sua vigência.

F- Ao aplicar o prazo de prescrição previsto no CPT, como aplicou, não faz o Mmº. Juiz a quo correcta aplicação do art.º 297º do Código Civil.

Termos em que deve ser dado provimento ao presente recurso, ordenando-se, em consequência, a substituição da douda sentença recorrida por outra em que, após análise de mérito, julgue parcialmente improcedente, por não provada, a presente impugnação relativamente às liquidações de IVA e respectivos juros compensatórios dos anos de 1996 e 1997, com as legais consequências.

1.2. A recorrida não apresentou contra-alegações.

1.3. O Exm.º Procurador-Geral Adjunto emitiu parecer no sentido de que devia ser concedido provimento ao recurso com a seguinte

fundamentação:

«Afigura-se-nos que o recurso merece provimento. Resulta com efeito dos autos que o processo de execução destinado à cobrança coerciva das quantias originadas nas liquidações em causa nestes autos (processo 37002000010 12193 e apensos) foi instaurado em 2000-04-26, e parou desde 27-04-2000 até 2001-09-15, neles não se tendo verificado qualquer pagamento ou adesão ao “Plano Mateus”, encontrando-se suspenso por impugnação;

Por sua vez o processo de impugnação foi instaurado em 27-05-2004 e parou, por razões estranhas à Impugnante, entre a instauração e Outubro de 2006.

Ora, como vem decidindo este Supremo Tribunal Administrativo, as causas de interrupção da prescrição que ocorreram antes da alteração ao nº 3 do artigo 49º da LGT, introduzida pela Lei 53-A/2006, produzem os efeitos que a lei vigente no momento em que elas ocorreram associava à sua ocorrência: eliminação do período de tempo anterior à sua ocorrência e suspensão do decurso do prazo de prescrição, enquanto o respectivo processo estiver pendente ou não estiver parado por mais de um ano por facto não imputável ao contribuinte.

Sobre a questão esclarece Jorge Lopes de Sousa, na sua obra *Sobre a Prescrição da Obrigação Tributária*, Notas Práticas, Áreas Editora, 2008, p. 111 «a solução do problema da aplicação da lei no tempo depende do momento em que ocorrer o facto interruptivo e não eventualidade de, face às regras do art. 297º do Código Civil, ser aplicável o regime do CPT ou da Lei Geral Tributária no que concerne à duração do prazo e prescrição».

Em síntese, e como impressivamente se diz no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 19.01.2011, recurso 629/09, in www.dgsi, pode-se concluir que a aplicação de diferentes regimes no tocante aos prazos prescricionais não determina a aplicação de um ou outro regime em bloco, porquanto o art. 297º só manda aplicar o prazo prescricional mais curto, e não as disposições legais que regem os termos em que esse prazo se conta e tudo o mais que releva para o seu curso.

Daí que se entenda que, tal como sustenta a entidade recorrente, não ocorreu a prescrição da obrigação tributária relativamente às dívidas de IRC dos exercícios de 1996 e 1997.».

1.4. Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

2. – Na decisão recorrida consta como provada a seguinte matéria de facto:

A. Nestes autos impugnam-se as liquidações adicionais de IVA dos anos de 1994 a 1997 e juros compensatórios, cfr. cabeçalho da PI e docs. de fls. 38 a 44 do Processo Administrativo, uns e outros aqui dados por reproduzidos, o mesmo se dizendo dos demais infra referidos;

B. O processo de execução destinado à cobrança coerciva das quantias originadas nas liquidações em causa nestes autos, processo 3700200001012193 e apensos, foi instaurado em 2000-04-26, e parou desde 27-04-2000 até 2001-09-15, neles não se tendo verificado qualquer pagamento ou adesão ao “Plano Mateus”, encontrando-se suspenso por impugnação, vide fls. 37;

C. Os presentes autos foram instaurados em 28-05-2004 e pararam, por razões estranhas à Impugnante, entre a instauração e Outubro de 2006 - cfr. fls. 1 a 25.

3. A questão colocada no presente recurso consiste em saber se a sentença recorrida incorreu em erro de direito ao julgar prescritas todas as obrigações tributárias que emergem dos actos de liquidação impugnados (IVA referente aos anos de 1994 a 1997), dado que a Fazenda Pública, ora Recorrente, considera que a prescrição só ocorreu relativamente às dívidas dos anos de 1994 e 1995, o mesmo já não sucedendo quanto às dívidas dos anos de 1996 e 1997.

Na verdade, segundo a Recorrente, o Meritíssimo Juiz do Tribunal “*a quo*” incorreu numa errónea interpretação e aplicação do artigo 297.º do Código Civil ao ter considerado que este preceito obriga à aplicação global do regime mais favorável ao devedor, o que o levou a aplicar, de forma desacertada, o regime constante do Código de Processo Tributário a todas as dívidas, quando deveria ter aplicado a Lei Geral Tributária às dívidas de 1996 e 1997 – seja no que toca ao prazo de

prescrição, seja no que toca às causas interruptivas e suspensivas ocorridas na sua vigência – daí decorrendo, em consequência, que a prescrição não terá ocorrido quanto a estas últimas por força da suspensão da prescrição em consequência da instauração da impugnação.

Vejamos.

O Código de Processo Tributário (CPT) previa, no seu artigo 34.º, um prazo prescricional de dez anos (nº 1), cujo termo inicial se desencadeava no início do ano seguinte àquele em que os factos tributários tivessem ocorrido (nº 2). Porém, com a entrada em vigor da Lei Geral Tributária (LGT), em 1 de Janeiro de 1999, esse preceito do CPT foi expressamente revogado e a matéria da prescrição passou a estar regulada na LGT, sofrendo um encurtamento para oito anos (art.º 48.º). E o diploma que aprovou a LGT (Dec.Lei n.º 398/98, de 17.12) estabeleceu, no artigo 5.º, que, com excepção dos impostos abolidos, se aplicava ao novo prazo de prescrição o disposto no artigo 297.º do Código Civil, o qual, por sua vez, determina, quanto à aplicação no tempo de leis que estabeleçam prazos mais curtos, que o novo prazo é também aplicável aos prazos que já estiverem em curso, mas o prazo só se conta a partir da entrada em vigor da nova lei, a não ser que, segundo a lei antiga, falte menos tempo para o prazo se completar.

O que significa que, embora o regime da prescrição positivado na lei nova (LGT) seja o aplicável a partir da vigência desse diploma, o prazo aí previsto pode não o ser, pois que havendo concorrência temporal de dois prazos com a virtualidade de se aplicarem, há que aplicar aquele que em primeiro lugar se completar, embora a aplicação de diferentes regimes no tocante aos *prazos prescricionais* não determine a aplicação de um ou outro regime em bloco.

Com efeito, e como tem sido reiteradamente explicado pela jurisprudência desta Secção do STA (Cfr., entre outros, os acórdãos proferidos por este Tribunal em 6/02/2002, no recurso n.º 26296, em 28/05/2008, no recurso n.º 154/08, e em 21/05/2008, no recurso n.º 7/08.), a aplicação de diferentes regimes no tocante a prazos, em face da previsão normativa do artigo 297.º do CC, não determina a aplicação de um ou outro regime em

bloco, pois só se refere à lei que altere o prazo, à sua medida, e não aos termos em que se conta e a tudo o mais que releva para o seu curso. Por conseguinte, não há que comparar os regimes de suspensão e interrupção do prazo de prescrição adoptados pela lei antiga e pela lei nova, para determinar qual é o mais favorável e escolher a lei aplicável segundo o juízo assim atingido, já que o princípio da aplicação da lei mais favorável ao arguido só tem emprego no âmbito do direito sancionatório, não sendo aplicável ao direito obrigacional de natureza tributária.

Deste modo, há que verificar se, no caso concreto, faltava em 1 de Janeiro de 1999 menos tempo para se completar o prazo de prescrição de 10 anos previsto na lei antiga do que o de 8 anos previsto na lei nova – única situação em que se deixará de aplicar este novo prazo contido na LGT.

Respeitando as obrigações tributárias a IVA dos anos de 1996 e 1997, o prazo prescricional iniciou-se em 1/01/97 e 1/01/98, respectivamente, e decorreu sem detenção até à data da entrada em vigor da LGT, em 1/01/99, dada a inexistência de qualquer acto interruptivo ou suspensivo até essa altura.

Por conseguinte, em 1/1/99 faltavam 8 anos para se completar o prazo de prescrição da dívida de IVA do ano de 1997 e 9 anos para se completar o prazo de prescrição da dívida de IVA do ano de 1998. Ou seja, não faltava menos tempo para se completar o prazo de prescrição previsto no CPT do que o novo prazo previsto na LGT, pelo que o prazo de prescrição aplicável é o fixado nesta nova lei.

Pelo que assiste razão à Recorrente quanto ao erro de interpretação do artigo 297.º do Código Civil e quanto à aplicabilidade do prazo de prescrição previsto no CPT ao caso vertente.

Definido que o prazo de prescrição aplicável é de oito anos previsto na LGT, contado a partir da entrada em vigor desta Lei, vejamos, então, se ele já decorreu perante a ocorrência de factos com efeito interruptivo ou suspensivo previstos na lei vigente à data da respectiva ocorrência, em conformidade com a regra contida no artigo 12º do Código Civil, sabido que a solução do problema da aplicação da lei no

tempo nesta matéria depende do momento em que o facto interruptivo ou suspensivo ocorreu e não da eventualidade de, à face das regras do artigo 297.º do Código Civil, ser aplicável o regime do CPT ou da LGT no que concerne ao prazo da prescrição. Ora, porque no domínio da LGT a instauração da execução deixou de constituir facto interruptivo da prescrição (artigo 49.º da LGT), conclui-se que, no caso vertente, a instauração do processo executivo em 26/04/2000 não assume, ao contrário do que foi julgado na sentença, qualquer relevância. O que relevaria, como acto interruptivo, era a citação dos executados (devedora originária e devedora subsidiária), mas nem a sentença fixou essa factualidade nem os autos fornecem elementos para a fixar.

Por outro lado, embora a instauração da impugnação judicial, em 28/05/2004, constitua uma acto interruptivo da prescrição à luz do nº 1 do artigo 49.º da LGT, e de esse efeito interruptivo ter cessado com a paragem desse processo por período superior a um ano por facto não imputável à impugnante [*alínea C) do probatório*], fazendo recomeçar a contagem do prazo de prescrição, acrescido do tempo decorrido até à data da autuação do processo (nº 2 do artigo 49.º), há que ter em atenção o disposto no nº 1 do artigo 169.º do CPPT e no nº 3 do artigo 49.º da LGT, que estabelecem, respectivamente, o seguinte: “*A execução fica suspensa até à decisão do pleito em caso de (...) impugnação judicial ou recurso judicial que tenham por objecto a legalidade da dívida exequenda (...) desde que tenha sido constituída garantia nos termos do artigo 195.º ou prestada nos termos do artigo 199.º ou a penhora garanta a totalidade da quantia exequenda e do acrescido (...)*” e “*O prazo de prescrição legal suspende-se por motivo de paragem do processo de execução fiscal em virtude de (...) impugnação ou recurso*”.

O que significa que uma vez prestada garantia ou realizada penhora de bens suficientes para garantia do pagamento da dívida e acrescido, fica legalmente suspensa a execução fiscal, e que esta suspensão determina, por sua vez, a suspensão do prazo de prescrição que houvesse de reiniciar-se por virtude

de ter cessado o aludido efeito interruptivo. Isto é, tal como tem sido repetidamente afirmado por esta Secção do STA (Cfr., entre outros, os acórdãos proferidos por este Tribunal em 4/03/2009, em 26/1/2011 e em 25/05/2011, nos recursos n.ºs 160/09, 1/11 e 465/11, respectivamente.), a prestação de garantia ou a realização de penhora de bens suficientes para garantia do pagamento da dívida e acrescido, aliada à pendência da impugnação, suspende a execução até à decisão do pleito e determina, igualmente, a suspensão do prazo de prescrição da respectiva dívida tributária. Ora, os autos não fornecem quaisquer elementos quanto à prestação de garantia ou à penhora de bens suficientes para garantia o pagamento da dívida e acrescido, isto é, sobre a suspensão da execução fiscal, o que impede qualquer juízo sobre o decurso do prazo de prescrição.

Deste modo, impõe-se diligenciar no sentido de averiguar esses factos, levando ao probatório a data da citação dos executados (devedores originários e subsidiários) e os elementos relativos à prestação de garantia ou à penhora de bens suficientes para garantia o pagamento da dívida e acrescido.

Há, pois, necessidade de ampliar a matéria de facto com vista a obter todos os elementos que suportem a decisão de direito, o que importa a anulação da decisão recorrida em conformidade com o disposto nos artigos 729.º n.º 3 e 730.º do CPC.

4. Face ao exposto, acordam os juízes da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo em anular a decisão recorrida, ordenando-se a baixa dos autos ao tribunal recorrido para ampliação da matéria de facto e aplicação do direito nos termos acima enunciados.

Sem custas.

Lisboa, 07 de Setembro de 2011. - *Dulce Manuel Neto* (relatora) - *Valente Torrão António Calhau*.